

Superior Tribunal de Justiça

**ARE no AgInt no RE no AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP
Nº 1.381.858 - MS (2013/0131939-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
AGRAVANTE : MARCELOS ANTÔNIO ARISI
ADVOGADO : ARLINDO MURILO MUNIZ - MS012145
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 2.519):

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DEVER LEGAL DA PARTE AGRAVANTE IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO OBSERVÂNCIA NA HIPÓTESE DOS AUTOS. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. ARTIGO 1.021, § 1º E § 4º DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. EXIGIBILIDADE SUSPensa.

1. Nos termos do artigo 1.021, § 1º, do CPC/2015, não merece ser conhecido o agravo interno no qual não foram impugnados especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

2. Na hipótese em exame, a decisão singular agravada amparou sua convicção no entendimento de (a) não se prestar a via uniformizadora para correção de justiça ou injustiça quanto à alegada prevenção em relação ao REsp n. 1.239.044/MS, bem como (b) por não se configurar a similitude fática e a identidade jurídica entre os arestos confrontados, e a parte agravante, em sua irresignação, nada fala a respeito, restando caracterizada a inépcia deste recurso.

3. Configurada a manifesta inadmissibilidade do agravo interno, tem aplicação a multa do § 4º do artigo 1.021 do CPC/2015, arbitrada, no caso dos autos, em 1% (um por cento) sobre o valor da causa corrigido. Precedentes da Corte Especial.

4. Sendo o ora agravante beneficiário da Justiça Gratuita, fica suspensa a exigibilidade da referida sanção, devendo ser observadas as disposições do artigo 98, § 3º e § 4º, do CPC/2015.

5. Agravo interno não conhecido, com imposição de multa."

Registre-se, por oportuno, que o recurso extraordinário teve seu seguimento negado em *decisum* assim ementado (fl. 2.568):

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ARTIGO 5º, INCISO LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. ANÁLISE DA ADEQUADA APLICAÇÃO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 660/STF**. ARTIGO 5º, INCISO XXXIV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL.

Superior Tribunal de Justiça

PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA
INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO
GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

Na sequência, foi interposto agravo interno, que não foi conhecido por óbice da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça (fls. 2.594/2.600).

A Coordenadoria de Recursos Extraordinários certificou a ocorrência do trânsito em julgado em 23/09/2019 (fl. 2.607).

Em petição de fl. 3/12 (expediente avulso), em momento posterior ao efetivo trânsito em julgado, o peticionário interpôs o presente agravo, protocolado eletronicamente em 02/10/2019.

Não há mais nada a prover na espécie.

Conforme se vê, o trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário do recorrente já foi certificado nestes autos, sendo manifestamente incabível o presente recurso.

A prestação jurisdicional, na espécie, foi exaurida, no que competia ao Superior Tribunal de Justiça e à Vice-Presidência desta Corte.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de novo expediente avulso à Vice-Presidência.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente